



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (23) – Bancadas do PT e PMDB e representações partidárias do PRB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Gilberto Abramo (PRB), Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa
Deputado Délio Malheiros
Deputado Bonifácio Mourão
Deputado Neider Moreira
Deputado Rogério Correia
Deputado Ivair Nogueira
Deputado Fred Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

Presidente
Vice-Presidente

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares
Deputado Hely Tarquínio
Deputado Carlos Mosconi
Deputada Luzia Ferreira
Deputado Paulo Lamac
Deputado Bruno Siqueira
Deputado Sebastião Costa

BTR
BPS
BTR
BTR
MSC
MSC
BTR

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	
Deputado	BPS	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	
Deputado Neider Moreira	BTR	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR	
Deputado Gilberto Abramo	MSC	
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Arlen Santiago	BTR	
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Délio Malheiros	BPS	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Célio Moreira	BTR	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
----------------------------	-----	--



Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bruno Siqueira	MSC
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado André Quintão	MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BTR	Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Cássio Soares	BTR
Deputado Rogério Correia	MSC
Deputado Ivair Nogueira	BMC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BPS	Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Ivair Nogueira	MSC

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	BPS	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Rogério Correia	MSC	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	



Deputado Gilberto Abramo MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS
Deputado João Leite BTR
Deputado Bosco BTR
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Antônio Júlio MSC

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente
Deputado Hely Tarquínio BPS Vice-Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista BPS
Deputado Neider Moreira BTR
Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana BTR
Deputado Tiago Ulisses BPS
Deputado Duílio de Castro BPS
Deputada Luzia Ferreira BTR
Deputado Almir Paraca MSC

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Leite BTR Presidente
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente
Deputado Zé Maia BTR
Deputado Cássio Soares BTR
Deputado Sargento Rodrigues PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonardo Moreira BTR
Deputado Durval Ângelo MSC
Deputado Célio Moreira BTR
Deputado Gustavo Valadares BTR
Deputado Tenente Lúcio PDT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente
Deputado Juninho Araújo BPS
Deputado Pompílio Canavez MSC
Deputado Tadeu Martins Leite MSC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Duarte Bechir BPS
Deputado Sargento Rodrigues PDT
Deputado Antônio Genaro BPS
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BPS	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BTR	
Deputado Paulo Lamac	BTR	
Deputado Hely Tarquínio	MSC	
Deputado Romel Anízio	MSC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO**1 - ATAS**

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA



- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
- 3.1 - Comissão
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/7/2011

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Luiz Carlos Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Carlos Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Dalton Caetano Campos, Prefeito Municipal de Córrego Novo; Júlio Xavier Rodrigues, Secretário de Turismo e Cultura de Brumadinho, e André Phillip Serra Gonçalves Dias, Chefe do Departamento de Cultura e Turismo de Capim Branco, publicados no “Diário do Legislativo” de 2/7/2011; carta da Associação dos Músicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais apresentando reivindicações com vistas à reestruturação dessa instituição; e mensagem da Sra. Denise Batista apresentando sugestões para o debate público “Música nas escolas”. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: em turno único, Projetos de Lei nºs 1.141 e 1.540/2011 (Deputado Elismar Prado); e, no 1º turno, Projeto de Lei nº 257/2011 (Deputado Carlos Mosconi). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.548/2011 com a Emenda nº 1 e 1.623/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.080 e 1.092/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Elismar Prado, Dalmo Ribeiro Silva e Fabiano Tolentino (2) em que solicitam seja encaminhado à Ministra da Cultura pedido de providências com vistas à padronização dos formulários para acesso aos mecanismos de fomento e incentivo à cultura; e seja encaminhado ao Governador do Estado e ao Secretário de Fazenda pedido de providências para que as empresas enquadradas no regime de substituição tributária possam patrocinar projetos culturais nos termos do art. 3º da Lei nº 17.615, de 2008, e do Decreto nº 44.866, de 2008; Paulo Lamac em que solicita seja realizada visita à Secretária de Cultura, com a participação de representantes de grupos de quadrilha, para tratar da valorização da cultura junina no Estado; e Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater, com a presença da Ministra da Cultura, as políticas públicas desse Ministério. São aprovados relatórios referentes a visitas realizadas em 27/5, 14/6 e 17/6/2011, respectivamente, ao casarão colonial do Parque Gentil Diniz, em Contagem; à Secretaria de Cultura e ao Palácio das Artes, por ocasião de ensaio geral da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de julho de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Rômulo Veneroso.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Cultura

Local visitado: Parque Gentil Diniz

Apresentação

A requerimento do Deputado Carlin Moura, a Comissão de Cultura visitou, no dia 27/5/2011, o Casarão do Parque Gentil Diniz, localizado em Contagem e tombado pelo Município em 1998, para acompanhar as obras de restauração em andamento.

Estiveram presentes o Presidente da Comissão de Cultura, Deputado Elismar Prado; o autor do requerimento, Deputado Carlin Moura; a Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras; a Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, Fernanda Meireles; o Diretor de Conservação e Restauro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha –, Fernando Castro; a Presidente da Fundação Municipal de Parques e Áreas Verdes de Contagem – Conparq –, Célia Cristina Zatti, representando a Prefeita Marília Campos; o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano de Contagem, Paulo Soares; o Gerente do Parque Gentil Diniz, Rafael Mendes; a arquiteta restauradora e autora do projeto de restauração do Casarão, Dayse Lustosa; o responsável pelas obras de restauração, Renato Pinheiro Cury, da Construtora Restaurare; e diversas autoridades municipais da área de meio ambiente e cultura, além de representantes de moradores do entorno e usuários do parque.



Relato

As terras do Parque Gentil Diniz pertenceram a uma fazenda datada dos anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX e a edificação denominada “Casarão” é do mesmo período. Os primeiros proprietários eram da família Varela. Em 1943, a fazenda passou ao patrimônio da família Diniz. A desapropriação, pelo Município, ocorreu em 1989. O parque foi inaugurado em 1991 e tombado, em âmbito municipal, em 1998.

Esta foi a segunda visita da Comissão de Cultura ao local, decorridos um ano e oito meses da primeira, que constatou a necessidade de adequada intervenção no imóvel protegido.

Na visita realizada em 17/9/2009, constatou-se que a edificação necessitava de restauração urgente, pois as intervenções realizadas anteriormente tiveram natureza de reforma ou adaptação, sem as intervenções técnicas que o imóvel tombado exigiam. O sistema construtivo era o original, mas houve substituição do telhado, incluindo-se o madeirame. A estrutura interna estava visível nos lugares em que o reboco se desfez. Em alguns cômodos, o piso de tábuas parecia ser o original, mas em péssimo estado de conservação. Em alguns trechos o piso estava cedendo e não era possível saber, em análise superficial, se seria por arruinamento dos pilares. A madeira em si parecia passível de reutilização. Havia infestação por cupins, cujas galerias estavam evidentes.

Na visita objeto deste relatório, foi possível verificar o pleno andamento das obras de restauração, que deverá estar concluída até o fim de 2011. É importante informar que, no início de 2011, a edificação principal do Casarão foi objeto de vandalismo e pichação, o que piorou o aspecto exterior da construção.

O Presidente da Comissão de Cultura enfatizou que gostaria de colocar a Comissão à disposição para outras atividades de reconhecimento e valorização do patrimônio cultural de Minas Gerais.

O Deputado Carlin Moura relatou a busca incansável da equipe do parque pelos recursos necessários para viabilizar a restauração e a importância da presença da Comissão de Cultura para testemunhar o início efetivo das obras.

A arquiteta responsável pelo projeto de restauração esclareceu sobre a importância do Casarão para Contagem e a viabilidade da restauração pretendida, a despeito do estado de conservação precário. De acordo com ela, muitos Municípios não têm a orientação necessária para executar projetos como os do Casarão, e imóveis relevantes para a história local acabam se deteriorando até a perda total.

As autoridades de Contagem reforçaram o intuito de preservar a memória cultural do Município e discutiram sobre outros programas de valorização do patrimônio.

A Secretária Eliane Parreiras reafirmou o compromisso da Secretaria de Cultura em desenvolver ações de proteção e valorização do patrimônio cultural nas diferentes regiões do Estado, por meio do Iepha.

Conclusão

Os Deputados constataram que o Casarão está sendo restaurado e os espaços estão sendo adaptados para atividades culturais. Verificaram ainda que os projetos de ocupação do Casarão, após a conclusão das obras, prevista para o final de 2011, incluem ações compatíveis com a valorização dos modos de fazer e viver relacionados à época em que o local era uma próspera fazenda, de modo a transformar o imóvel tombado em espaço de convivência e fruição da memória social, promovendo maior conhecimento de elementos típicos da cultura caipira, como a música de viola e a produção de quitandas.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2011.

Elismar Prado, Presidente – Luiz Carlos Miranda – Luzia Ferreira.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Cultura

Local visitado: Secretaria de Estado de Cultura

Apresentação

A requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, a Comissão de Cultura visitou, no dia 14/6/2011, a Secretaria de Estado de Cultura, na Cidade Administrativa, onde se reuniu com a Secretária. O objetivo da reunião era conhecer os programas da Pasta para os próximos anos e apresentar os principais temas da agenda da Comissão de Cultura para o biênio 2011-2012.

Participaram da visita os Deputados Elismar Prado, Presidente da Comissão, e Carlos Mosconi. Na reunião, estiveram presentes a Secretária de Estado de Cultura, Eliane Parreiras, e a Secretária-Adjunta, a ex-Deputada Maria Olívia. A visita foi acompanhada pela assessoria técnica da Secretaria de Estado de Cultura.

Relato

A requerimento do Deputado Rômulo Veneroso, a Comissão de Cultura visitou, no dia 14/6/2011, a Secretária de Estado de Cultura, Sra. Eliane Parreiras, para conhecer os programas e ações da área para os próximos anos, bem como apresentar a agenda de trabalho da Comissão para conhecimento da Secretária de Cultura e equipe. Esteve também presente à visita o Deputado Carlos Mosconi.

O Presidente da Comissão, Deputado Elismar Prado, entregou à Secretária o documento final do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais referente ao tema “Cultura”, que vai subsidiar as atividades da Comissão para os anos de 2011 e 2012.

Entre os temas constantes da agenda da Comissão, o Presidente destacou a importância de formalização do Sistema Estadual de Cultura e do Plano Estadual de Cultura, por meio de iniciativa de lei do Poder Executivo, bem como a efetivação do Conselho Estadual de Política Cultural, nos termos da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011.

A Secretária Eliane Parreiras apresentou a estrutura institucional da Secretaria e os principais projetos de cada área. Apresentou ainda a programação de uma nova estruturação das políticas públicas de cultura no Estado, que enseja tanto a continuidade de vários

dos projetos já existentes, quanto o desenho de novas ações, a partir da concepção referencial de que “Cultura é desenvolvimento humano, social e econômico”.

De acordo com a Secretária, a cultura propicia o desenvolvimento humano especialmente por meio do reconhecimento e apoio às identidades culturais específicas, à promoção da diversidade da cultura mineira e à valorização do patrimônio cultural do Estado. Promove o desenvolvimento social ao possibilitar a inclusão social e o protagonismo juvenil nas diferentes ações de democratização do acesso e valorização da cultura. E a cultura também impulsiona o desenvolvimento econômico ao criar oportunidades de trabalho e ao promover as cadeias produtivas das diferentes indústrias criativas.

A partir desse marco referencial, os programas da Secretaria de Cultura, segundo informou Eliane Parreiras, estarão estruturados em seis eixos: democratização do acesso à cultura e à expressão, produção, circulação e distribuição cultural, fortalecimento da gestão do Sistema Estadual de Cultura, interiorização regionalizada da cultura, experimentação, excelência artística e internacionalização, mercado cultural, formação profissional e geração de oportunidades de trabalho; e fortalecimento da política de patrimônio cultural.

A Secretária esclareceu, ainda, que embora o Sistema Estadual de Cultura formalmente não exista, já se emprega a terminologia para descrever a estrutura institucional da Pasta. Eliane Parreiras reafirmou a importância da efetivação do Conselho Estadual de Política Cultural, reforçando depoimento gravado ao Fórum Democrático para o Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. De acordo com a Secretária, a publicação do Decreto de regulamentação dos arts. 123 a 131 da Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011, que incluirá a convocação para as indicações de representantes da sociedade civil, dar-se-á ainda no primeiro semestre de 2011.

A Secretária ressaltou que espera que os principais temas a serem debatidos com a sociedade civil sejam discutidos em parceria com a Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa. Isso vem ao encontro das expectativas dos membros da Comissão de Cultura, que também expressaram a importância de contar com a Secretaria de Estado de Cultura nas discussões e encaminhamentos previstos na agenda de atividades 2011-2012.

Os temas mais relevantes a serem discutidos em conjunto, com os desdobramentos a serem posteriormente detalhados, são, por conseguinte, a definição de modelo de participação da sociedade civil nas políticas da área, que inclui a efetivação do Conselho Estadual de Política Cultural e a realização da próxima Conferência Estadual de Cultura, a elaboração do Plano Estadual de Cultura, bem como a atualização de alguns dos mecanismos de incentivo à cultura existentes no Estado. Ficou acertado que a efetivação do Conselho é requisito para as demais etapas, que provavelmente terão início a partir do primeiro semestre de 2012.

Os Deputados questionaram sobre possíveis ampliações de recursos orçamentários para a cultura. De acordo com a Secretária, o percentual de recursos vem sendo ampliado, tendo atingido um volume aproximado de 0,4% do orçamento, o maior já alcançado pela Pasta, o que ainda é insuficiente para que as políticas culturais alcancem o necessário fortalecimento no Estado.

Para que esse cenário se modifique, o Presidente da Comissão de Cultura ressaltou a importância da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 150/ 2003, em tramitação no Congresso Nacional, que estabelece vinculação de recursos para a cultura nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios, em patamares de 2% na União; 1,5% nos Estados e 1% nos Municípios.

Conclusão

Os Deputados consideraram que o encontro com a Secretária foi profícuo e promoveu, conforme pretendido, o início de importante parceria para que as discussões e encaminhamentos referentes às atividades da Comissão de Cultura possam ter o necessário prosseguimento.

A confluência entre os temas propostos na agenda da Comissão de Cultura, constantes de requerimento aprovado na reunião ordinária de 29/6/2011 e o calendário sugerido pela Secretária de Cultura sinalizam que a Assembleia tem tido participação relevante no processo de amadurecimento das políticas públicas de cultura no Estado, em especial no que se refere ao fortalecimento da institucionalização dos mecanismos de participação da sociedade civil e da estruturação do Sistema Estadual de Cultura.

A elaboração e discussão do Plano Estadual de Cultura, a partir do início de 2012, será o ponto de convergência que certamente irá coar os esforços dos poderes Legislativo e Executivo para a fortalecimento das políticas públicas de cultura.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2011.

Elismar Prado, Presidente – Luiz Carlos Miranda – Luzia Ferreira.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Cultura

Local visitado: Palácio das Artes

Apresentação

A requerimento do Deputado Carlin Moura, a Comissão de Cultura visitou, no dia 17/6/2011, o Palácio das Artes, da Fundação Clóvis Salgado – FCS –, para acompanhar o ensaio geral da ópera “Nabuco”, de Giuseppe Verdi, para conhecer o trabalho desenvolvido pela Orquestra Sinfônica de Minas Gerais – OSMG –, criada em 1976.

Participaram da visita os Deputados Elismar Prado, Presidente da Comissão, e Carlin Moura. A visita foi acompanhada pela Presidente da FCS, Solanda Silva, o Diretor Artístico da FCS, Sérgio Rodrigues Reis, além de outros assessores da Fundação e representantes da Associação dos Músicos da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais – Amos.

Relato

A situação funcional dos membros dos corpos artísticos da Fundação Clóvis Salgado já foi objeto de diversas reuniões de Comissões da Assembleia Legislativa nos últimos anos. Em várias oportunidades foram relatadas as dificuldades enfrentadas pelos artistas que compõem a Orquestra, o Coral Lírico e a Companhia de Dança da Fundação Clóvis Salgado, tais como baixos salários, ausência de concurso para preenchimento das vagas existentes, necessidade de um plano de cargos e salários compatível com as carreiras, entre outros problemas.



Além disso, o processo de migração dos músicos quando da criação da orquestra que hoje é denominada Orquestra Filarmônica de Minas Gerais implicou uma crise institucional, no cancelamento da programação da OSMG em 2008 e na demissão do então regente. De acordo com relato de representantes dos membros da Orquestra Sinfônica, 60% dos integrantes permaneceram na OSMG.

Com volume de trabalho praticamente idêntico, hoje as duas orquestras convivem e mantêm trabalhos artísticos de relevo. Conforme correspondência entregue durante a visita da Comissão, a Associação dos Músicos da OSMG – Amos – declara que a atual gestão da Secretaria de Cultura e da Fundação Clóvis Salgado tem sido sensível às reivindicações dos artistas, o que resulta em um horizonte favorável para a solução dos problemas identificados nos últimos anos.

A Orquestra Sinfônica, conforme a supramencionada “Carta à Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”, conta atualmente com 45 músicos efetivos – aos quais se somam 19 licenciados – e 13 contratados para a temporada 2011, a que foram acrescentados outros 10, contratados especialmente para a montagem de “Nabuco”. Conta, ainda, com regente, gerente e “spalla”, além de cinco servidores de apoio técnico. O cargo de Inspetor de Orquestra encontra-se vago.

Após conversa com a Presidente da Fundação e com representantes da Amos e da visita aos bastidores do Grande Teatro do Palácio das Artes, os Deputados puderam assistir ao ensaio geral da ópera “Nabuco”, pela primeira vez encenada em Minas Gerais.

Conclusão

Os Deputados consideraram que o encontro foi profícuo e que promoveu, conforme pretendido, maior familiaridade com o trabalho artístico desenvolvido pela Orquestra. Puderam verificar, ainda, a disposição para o diálogo tanto dos representantes dos músicos quanto do governo do Estado.

O Presidente da Comissão de Cultura colocou a Comissão à disposição para a realização de novos encontros para dar prosseguimento aos debates acerca da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 6 de julho de 2011.

Elismar Prado, Presidente – Luiz Carlos Miranda – Luzia Ferreira.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/8/2011

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Cássio Soares e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Walneida Maria de Carvalho Tiburcio, Presidente da CDL de São Lourenço, e do Sr. Luiz Cesar Pereira Negreiros, Presidente da Associação Comercial e Empresarial de São Lourenço, solicitando que esta Comissão intervenha junto ao Executivo para que seja implantado um batalhão da Polícia Militar nesse Município, uma vez que a condição de Companhia Independente da PM local já dura mais de cinco anos; e dos Deputados Antônio Júlio solicitando a intervenção desta Comissão e encaminhando documento subscrito pelo Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Martinho Campos, o qual relata a insegurança pública da população devido à ausência de adoção de medidas repressivas à criminalidade pelas autoridades; Rogério Correia encaminhando cópia da Moção nº 467, da Câmara Municipal de Uberaba, que solicita empenho para que as reivindicações da Polícia Civil sejam atendidas; Subten. PM Raimundo Nonato Meneses Araújo, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra - e Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Aspra, solicitando providências relativamente a denúncias sobre o atendimento indigno que os praças da Polícia Militar que trabalham nas guarnições de atendimento comunitário, inclusive no Centro Integrado de Atenção ao Menor, estão recebendo nas delegacias e encaminhando cópia do ofício dirigido ao Secretário de Defesa Social que contém essas denúncias; Valmir de Paula Ramos, Chefe do 8º Departamento de Polícia Civil de Governador Valadares, encaminhando ofício do titular da delegacia de Coroaci que informa sobre o andamento de diversas investigações realizadas no Município de Virgolândia; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Hélio Marcos Mendonça, Presidente da Câmara Municipal de Manhumirim; Oslens Alvarenga Dumont, Presidente da Câmara Municipal de Juatuba; Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social, em resposta ao Requerimento nº 663/2011; Josué Costa Valadão, Secretário de Governo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (14/7/2011); Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Lafayette de Andrada, Secretário de Defesa Social (2); José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG (30/7/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimentos nº 1.228/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Liza Prado e dos Deputados Almir Paraca e Pompílio Canavez em que solicitam seja realizada reunião conjunta desta Comissão e das Comissões de Assuntos Municipais e de Saúde para debater a prevenção ao uso de drogas, em especial o “crack” e o “oxi”, bem como o tratamento de dependentes; da Deputada Liza Prado (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as condições de trabalho dos Peritos Criminais do Estado, especialmente a deficiência na reposição de equipamentos e materiais básicos de trabalho e a inadequação para realização do serviço interno; seja realizada reunião de audiência pública para debater possíveis irregularidades no emplacamento dos veículos no Estado, realizado pelo Detran-MG, conforme denúncia do jornal “Estado de Minas”; do Deputado Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Saúde para discutir o avanço das drogas nas regiões do Vale do Aço e do Rio Doce e para buscar alternativas de prevenção; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater medidas que possam impedir a disseminação da nova droga, conhecida como “oxi”, no Estado; do Deputado Neider Moreira em que solicita seja



realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Administração Pública para debater a atuação dos rondas noturnos e motovigias em Belo Horizonte; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta desta Comissão e da Comissão de Saúde para discutir o Projeto de Lei nº 1.133/2011, em tramitação nesta Casa, que institui a Política de Saúde Mental para os Agentes de Segurança Penitenciária; do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre a negativa de recebimento de ocorrência policial pelo Delegado João Maurício Penna Lamounier, em 28/7/2011, no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Sargento Rodrigues, Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES - § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/8/2011

Às 13h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Celinho do Sinttrocel (substituindo o Deputado Ulysses Gomes, por indicação da Liderança do Bloco Minas Sem Censura) e Rômulo Viegas (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do BTR), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; a Deputada Rosângela Reis, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento dos Projetos de Lei nºs 2.123 e 2.124/2011, para os quais avocou a si a relatoria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 2.124/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Zé Maia). A seguir, o Presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011 e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pelo Deputado Rogério Correia, do qual é relator. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião conjunta na mesma data, às 20 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - Duarte Bechir - Sebastião Costa.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/8/2011

Às 16h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Ana Maria Cotta Repolês, Secretária Municipal de Cultura e Turismo de Dom Silvério; e dos Srs. Mateus de Lima Leite Soares, Prefeito Municipal de Felício dos Santos; Hasenclever Peres Valladão, Prefeito Municipal de Estrela Dalva; Ângelo José Roncalli de Freitas, Prefeito Municipal de São Gonçalo do Pará; Heli de Souza Maia, Secretário Municipal de Educação e Cultura de Itaúna; Jacinto Moreira dos Reis, Secretário da Câmara Municipal de Coromandel; José Raimundo Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Caeté, publicados no "Diário do Legislativo" de 14/7/2011, e dos Srs. Manoel Pereira de Souza Juntolli, Secretário Municipal de Educação; Rosa Maria Signoretti Araújo, Gerente da Casa de Cultura, de Machado; Janoário Arantes, Prefeito Municipal de Itamogi; Fábio Nogueira Machado, Prefeito Municipal de Santa Bárbara do Monte Verde; José Lourenço, Prefeito Municipal de Passabém; Moacir Américo de Moura, Vereador da Câmara Municipal de Dolores de Campos; Filipe Cardoso Carielo, Vereador da Câmara Municipal de Carmo do Rio Claro; Manoel do Nascimento Assis, Presidente da Câmara Municipal de Santana do Paraíso, publicadas no "Diário do Legislativo" de 30/7/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.195/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.548 e 1.623/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Rômulo Veneroso - Luiz Henrique.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/8/2011****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 637/2011, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária pedido de providências para que, a cada 120 dias, seja enviado a essa Comissão relatório relativo às ações do Programa de Crédito Fundiário. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 646/2011, do Deputado Marques Abreu, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os projetos em execução de recuperação e monitoramento da Lagoa da Pampulha, sobre o montante e a fonte dos investimentos previstos, bem como sobre a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 710/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de providências para que envie a essa Comissão levantamento detalhado das famílias de baixa renda contempladas com o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 12.212, de 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o número de consumidores que se recadastraram mês a mês, até o fim do prazo estabelecido pela legislação para tal recadastramento, com o objetivo de fazer jus à Tarifa Social de Energia Elétrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 999/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Vespasiano pedido de informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público com vistas a que seja cumprida a legislação no que se refere à construção da via de acesso à Empresa de Cimentos Liz, nesse Município, especialmente quanto à realização de audiência pública para esse fim, considerando-se as denúncias de possíveis irregularidades que têm gerado ameaças às condições de vida e violações dos direitos humanos dos moradores da região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.001/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que envie a esta Casa balanço técnico relativo ao consumo irregular de energia elétrica no Estado, no qual conste o volume de energia elétrica furtada, o número de infrações apuradas e os prejuízos econômicos causados pela referida prática em 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.124/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 98/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam lâmpadas fluorescentes colocarem à disposição dos consumidores lixeira para a sua coleta quando descartadas ou inutilizadas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.906/2011, do Deputado Gustavo Perrella.

Requerimento nº 1.264/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Finalidade: discutir, com convidados, a matéria constante no Parecer nº 5.203/2011, da Procuradoria da ALMG; e obter esclarecimentos sobre possível violação de direito de petição, previsto no inciso XXXIV do art. 5º da Constituição da República, cometida contra o 3º-Sgt. PM Vanderlei Geraldo de Melo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 517/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.342/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.713/2011, do Deputado Dilzon Melo; e 1.797/2011, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 466/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 173 e 479/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 186/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca; 818 e 853/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 1.227/2011, do Deputado Leonardo Moreira; e 1.368/2011, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 544 e 593/2011, do Governador do Estado, e 1.803/2011, do Deputado Dilzon Melo.

Requerimentos nºs 1.270/2011, da Comissão de Segurança Pública, e 1.285/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.908/2011, do Deputado Gustavo Perrella.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 7/2011, do Deputado Almir Paraca; Projetos de Lei nºs 58/2011, do Deputado Fred Costa; 255 e 524/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.079/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.268 e 1.283/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 128/2011, do Deputado Elismar Prado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.099/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 705/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.532/2011, da Deputada Maria Tereza Lara; 1.535/2011, do Deputado Neider Moreira; 1.670/2011, do Deputado Cássio Soares; 1.673/2011, do Deputado Délio Malheiros; 1.675/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.676/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.703/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.720/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 1.756/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.764/2011, do Deputado André Quintão; 1.770/2011, do Deputado Célio Moreira; 1.776/2011, do Deputado Dilzon Melo; 1.777/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.790, 1.791/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.792/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.800/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 1.802/2011, do Deputado Bosco; 1.831/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.845/2011, do Deputado Doutor Viana; 1.853/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.854/2011, do Deputado Antônio Júlio; 1.862, 1.863/2011, do Deputado Celinho do Sintrocel; 1.881/2011, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 126/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.936/2011, do Deputado Rogério Correia.

Requerimentos nºs 1.237 e 1.238/2011, do Deputado Pompílio Canavez, e 1.261/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 10/8/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.141/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.263/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.286/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.288/2011, da Deputada Liza Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/8/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, o convênio de cooperação celebrado entre a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o governo do Estado para o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras e para a difusão do conhecimento científico e tecnológico no Estado e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

Bosco, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.908/2011

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Perrella, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Eficientes – Adefe –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.908/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Deficientes Eficientes – Adefe –, com sede no Município de Belo Horizonte, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover a mais ampla integração entre as pessoas com deficiência e a comunidade em que estão inseridas.

Com esse propósito, a instituição atende crianças portadoras de necessidades especiais, assegurando-lhes seus direitos, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, prestando-lhes assistência social, educativa e condições para seu desenvolvimento; luta pela igualdade de direitos e contra toda forma de discriminação; incentiva o segmento a que se dedica a participar de entidades que defendem seus direitos e promove o intercâmbio de informações com essas entidades; realiza projetos de educação e qualificação profissional, visando aumentar a renda da pessoa com deficiência; combate a fome e a pobreza, por meio de campanhas de distribuição de alimentos às famílias dos deficientes que não têm condições de trabalhar.

Diante do relevante trabalho realizado pela Adefe, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.908/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

Marques Abreu, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 185/2011**Comissão de Administração Pública
Relatório**

De autoria dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.134/2008, altera o art. 8º da Lei nº 10.501, de 17/10/91, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da criança e do adolescente, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Publicado, foi o projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Agora, vem a proposição a esta Comissão para exame de mérito, nos termos do art. 102, I, “e”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise tem por objetivo alterar o art. 8º da Lei nº 10.501, de 1991, que trata da composição do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual passaria a ser composto por 26 membros e, entre os representantes do poder público, estariam pessoas provenientes das Secretarias de Estado de Esportes e da Juventude, de Cultura e de Governo.

Na justificativa da proposição, os autores afirmam que a integração das Secretarias de Estado de Esportes e da Juventude, de Cultura e de Governo no Conselho Estadual tem como parâmetro aquele estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto, afirmando que é competência concorrente do Estado legislar sobre proteção da infância e juventude e que a inclusão de representantes da Pasta no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente resultará em uma atuação mais significativa em prol do desenvolvimento do esporte para crianças e adolescentes, com mais participação dos jovens, afastando-os da ociosidade e redirecionando-os para uma vida mais saudável e ativa, com melhores perspectivas.

Além disso, a Constituição da República, em seu art. 227, estabelece como dever do Estado, da sociedade e da família assegurar a absoluta prioridade dos direitos da criança e do adolescente. A Constituição do Estado, por sua vez, determina, no art. 222, que é dever do Estado promover ações que assegurem à criança e ao adolescente os direitos constitucionalmente previstos.

A Lei Federal nº 8.069, de 13/7/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – prevê, em seu art. 88, III, como uma diretriz da política de atendimento, “a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais”.

O art. 24, XV, da Constituição da República conferiu à União, aos Estados e ao Distrito Federal atribuição para legislar concorrentemente sobre proteção à infância e à juventude. Desse modo, a alteração proposta se mostra conveniente para a plena realização dos direitos estabelecidos no ordenamento jurídico em vigor, bem como para o cumprimento das obrigações do próprio Conselho, garantindo-se mais eficácia aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Conclusão

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 185/2011.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

Gustavo Corrêa, Presidente - Rogério Correia, relator - Ivair Nogueira - Neider Moreira.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.167/2011**Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas
Relatório**

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, a proposição em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 1.885/2007, dispõe sobre a delegação do serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 10/4/2011, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Vem, agora, a matéria a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, XII, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto em análise pretende fixar o prazo de cinco anos, prorrogável por igual período, para a duração dos contratos de delegação a particulares do serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG. De acordo com o autor da proposição, o sistema atual de delegação do serviço de transporte intermunicipal de passageiros favorece práticas cartoriais, com um número reduzido de grandes empresas perpetuando-se na operação das linhas de transporte.

É importante ressaltar que o serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros é um importante elemento da logística estadual. Minas Gerais é um Estado com grande extensão territorial e com elevado número de Municípios (853). Dessa forma, o bom funcionamento do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal é importante para a ligação dessa extensa rede, unindo Municípios por meio do transporte de passageiros, pequenas cargas e encomendas. Além disso, o transporte coletivo rodoviário intermunicipal, quando eficiente e com tarifas módicas, desestimula o transporte em veículos particulares de pequeno



porte, como automóveis, que frequentemente circulam com apenas uma pessoa, causando problemas como poluição e congestionamento das vias. Fica assim demonstrada a importância desse serviço público e de seu bom funcionamento.

Conforme destacado pela Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer, ao vislumbre da concorrência, é natural que os particulares que se candidatam a explorar o serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros se preparem para o certame, buscando a vitória por meio do atendimento dos critérios de escolha a serem definidos em edital. A concorrência, a depender do formato de licitação a ser definido pelo administrador, pode se dar, por exemplo, por meio de prestação pecuniária a ser paga ao Estado pelo concessionário do serviço, pela modicidade tarifária, pela qualidade do serviço ou, ainda, por uma combinação desses fatores. Ora, todos esses critérios de escolha revertem em benefício para a população do Estado, especialmente para os usuários do serviço. Fica demonstrado assim que o incentivo à concorrência, por meio da promoção de processos concorrenciais periódicos, é de interesse público.

Por outro lado, a prestação do serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros requer das empresas que o exploram investimentos significativos em contratação e treinamento de recursos humanos, aquisição de veículos, entre outros. Assim, e também conforme apontado pela Comissão de Constituição e Justiça, é necessário que o período de delegação seja suficiente para a amortização desses investimentos e para a obtenção de lucro, resultando em uma equação econômico-financeira justa tanto para os usuários do serviço como para o particular que explora o serviço público. Uma vez que esse período depende de diversos fatores, como o avanço tecnológico dos veículos, a disponibilidade de recursos humanos e fatores de conjuntura econômica, não parece razoável determinar em lei que o prazo de concessão seja fixado de maneira rígida. Ao contrário, parece razoável permitir ao administrador público determinar a duração do contrato, de forma a facilitar o alcance de uma equação econômico-financeira favorável aos usuários e aos prestadores do serviço. Para garantir esse objetivo, entretanto, é necessário observar a necessidade legal de que o contrato tenha prazo certo, bem como estabelecer as diretrizes para sua prorrogação.

Os pontos acima ressaltados foram trabalhados de forma proveitosa pela Comissão de Constituição e Justiça, por meio do Substitutivo nº 1. Entretanto, de forma a clarificar as condições em que pode haver a transferência da concessão, permissão ou do controle societário da delegatária, sem que haja prejuízo da continuidade e da qualidade do serviço, é apresentado o Substitutivo nº 2, que também incorpora o aperfeiçoamento proposto pela Constituição e Justiça por meio do Substitutivo nº 1. O Substitutivo nº 2 está em consonância com a Lei Federal nº 8.987, de 1995, que trata da concessão e permissão da prestação de serviços públicos, destacando-se as disposições do parágrafo único do art. 1º e do § 1º do art. 27 da referida norma federal.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.167/2011, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Altera o art. 243 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 243 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

“Art. 243 – (...)”

§ 1º - As concessões ou permissões a que se refere o inciso VI deste artigo vigorarão por prazo determinado, fixado pelo Poder Executivo, prorrogável uma vez, por igual período.

§ 2º - A transferência da concessão, da permissão ou do controle societário da delegatária dependerá da prévia anuência do poder concedente, sob pena de caducidade da delegação.

§ 3º - Para fins de obtenção da anuência de que trata o § 2º, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias para prestação do serviço;

II - comprometer-se a cumprir na integridade o contrato em vigor.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente e relator – Doutor Viana – Bruno Siqueira.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/8/2011

O Deputado Arlen Santiago* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputado João Leite, Deputada Rosângela Reis, demais Deputados e Deputadas e telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Estamos nesta tribuna para tratar de alguns temas, a começar por um relacionado a assunto da maior gravidade: o programa Aliança pela Vida, que foi lançado ontem pelo Governador Anastasia, com depoimentos de mães cujos filhos se enveredaram pelo mundo da droga, acerca do seu sofrimento e peregrinação para salvar os seus filhos. Na ocasião, também o Vermelho, da banda 14 Bis, deu o seu depoimento, muito emocionante, a respeito do vício do álcool pelo qual passou, dizendo que neste momento ele consegue se manter sóbrio. O programa Aliança pela Vida, da Secretaria de



Desenvolvimento Social, é muito bem controlado pelo Cloves Benevides, da Subsecretaria Antidrogas, e conta com a parceria do Servas, também muito bem conduzido pela Sra. Andrea Neves. Então, além das peças publicitárias para alertar os jovens, o Governador Anastasia vai colocar, só em 2011, R\$70.000.000,00 nesse programa, com o objetivo de trabalhar pelas pessoas que infelizmente enveredaram pelo caminho das drogas, apoiando as comunidades evangélicas e católicas, principalmente, que usam o trabalho voluntário para tentar recuperar as pessoas. Portanto, estamos aqui para parabenizar esse programa tão importante lançado pelo Governador Anastasia.

Outro tema que gostaríamos de abordar diz respeito ao lançamento de mais uma etapa do Programa Travessia, que começou no governo Aécio Neves e continua com o Governador Anastasia. É um programa principalmente da Secretaria de Desenvolvimento Social, que vem sendo muito bem conduzido pelo nosso amigo e colega Deputado Wander Borges e que agora alcançará mais algumas dezenas de Municípios. Por meio do Processo e de outras obras do governo do Estado, Minas comunica mais esse, que visa a melhorar a infraestrutura e preparar o Município para gerar emprego e renda. Trata-se de um programa muito importante. Nele, o Deputado Wander Borges terá praticamente todas as outras Secretarias envolvidas, como a de Esportes, também conduzida pelo nosso colega do PTB, o Deputado Braulio Braz, que já vem enxugando a Secretaria e buscando várias ações e caminhos. Aliás, na terça-feira, será inaugurada em Montes Claros uma revenda da KIA. Apesar de o Deputado Braulio Braz ter sido convidado, ele não poderá comparecer, pois estará em Juiz de Fora para lançar os Jogos Estudantis de Minas Gerais.

Também teremos inúmeras ações na área da saúde, que vem sendo tão bem gerida em Minas Gerais pelo Secretário Antônio Jorge e pelos seus colaboradores em uma área extremamente problemática. Afinal, a tabela do SUS paga abaixo do custo dos procedimentos, fazendo com que, cada vez mais, os Prefeitos tenham de colocar recursos na saúde, porque o governo federal, o grande arrecadador, simplesmente se esquece deles. Antônio Jorge, muito obrigado pelo trabalho que vem sendo feito de manutenção das urgências e emergências.

Também gostaria de registrar que hoje recebi uma carta da Sra. Ivane Furtado, Chefe da Assessoria Parlamentar do Ministro da Justiça. Ela nos encaminhou um procedimento em que nós, após uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, realizada na cidade de São João das Missões, vimos que, há 14 anos, após a chacina que matou o pai do Prefeito, o Sr. José Nunes, e o pai do Cacique xacriabá, o nosso amigo Cacique Domingos, houve uma regularização das terras indígenas, embora muito aquém das suas necessidades. Importante ressaltar que estamos trabalhando diuturnamente lá. Conseguimos com o governo de Minas o convênio para serem feitas 36 novas escolas e 15 poços artesianos. Conseguimos também uma verba para comprar uma patrol zero quilômetro, para ajudar no esporte, na construção de campos, e nas estradas para que os produtos produzidos pelos colegas indígenas sejam transportados com celeridade. Acontece que a terra do Brasil, que sempre foi toda dos índios, é pequena, e precisamos aumentar essas terras que foram griladas dos índios em pelo menos 25.000ha. É em cima disso que vem sendo feito um trabalho pela Funai. Temos procurado a Presidência da Funai, mas infelizmente o Márcio Augusto Freitas de Meira também não nos responde. Temos agilizado cada vez mais essa situação, porém hoje fomos surpreendidos com mais uma ação deletéria contra as comunidades indígenas.

No jornal "Gazeta Norte Mineira", saiu hoje a notícia de que o Cacique Santo, nosso amigo, da aldeia indígena xacriabá, da comunidade de Morro Vermelho, foi agredido e felizmente escapou com vida. Então, estamos aqui para pedir ao José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, a apuração desses fatos. Encaminharemos nosso pedido também à Diretoria-Geral da Polícia Federal, à Polícia Federal em Minas Gerais, às Polícias Civil e Militar, para que dêem garantia de vida aos indígenas xacriabás, tão discriminados. Ao descer desta tribuna, irei atrás, Dr. Wilson, do Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para solicitar urgência na realização de uma nova audiência pública, a fim de avaliarmos os avanços obtidos desde a audiência pública de dois anos atrás e para que seja efetivada a proteção dos nossos indígenas, que são, hoje, mais de 8 mil. Essa questão de segurança é complicada. Não queremos que volte a acontecer o que houve há 14 anos, quando não se conseguia fazer com que a terra indígena voltasse para esse povo, por causa dos inúmeros grileiros que as utilizavam. Estivemos na Funai, realizamos audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, aqui na Assembleia Legislativa. Notamos que a Funai possui um número pequeno de servidores. Como Deputado majoritário, votado maciçamente na aldeia indígena xacriabá, quero dizer que não descansaremos até que essa comunidade indígena tenha realmente segurança, que todos os fatos sejam apurados e que volte para os índios o que é deles.

O grupo técnico montado esteve nas localidades fazendo os levantamentos, e a questão já está adiantada. Noto a chegada do Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que brilhantemente conduziu uma audiência pública lá. Vou agora, de público, falar com ele, pedir o máximo de providência e agilização para a apuração desse novo fato, da tentativa de assassinato do Cacique Santo da comunidade de Morro Vermelho. Então não descansaremos enquanto não houver segurança e enquanto não conseguirmos o aumento das terras indígenas para que essa população, protegendo o meio ambiente, cresça cada vez mais, e, assim, revermos os nossos antigos costumes.

Antes de passar a palavra ao nobre Deputado Paulo Guedes, quero dizer que temos acompanhado essa questão. No ano passado, uma família foi enviada pelo Cacique Domingos, para tentar reativar a língua xacriabá, e este ano mais três ou quatro famílias irão. Cuidaremos para que não haja massacre como houve antigamente, quando se falava muito: "Olha, vão matar gente, vai rolar sangue indígena". E algumas pessoas diziam: "Não, isso é coisa, é alarme falso". Até que, infelizmente, foi morto o pai do Prefeito e o pai do atual Cacique Domingos.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Deputado Arlen Santiago, realmente nos deixam preocupados essas informações trazidas por V. Exa. Além de ter sido votado em São João das Missões nas duas últimas eleições, sou filho dessa cidade, nasci lá, minha mãe mora a 2km da sede da aldeia. Dos meus 12 irmãos, 8 residem na zona rural do Município. Sou amigo pessoal do Prefeito José Nunes, do Cacique Domingos e do Vice-Prefeito Zé Biriba. Sabemos que realmente há alguns conflitos lá, mas conheço, como ninguém, toda a comunidade de São João das Missões. Portanto, precisamos ter certo cuidado. Penso que eu e V. Exa., como Deputados votados no Município, precisamos ter certa calma na condução desse processo. Uma nova audiência pública realmente pode ser uma boa solução.



Precisamos resolver conflitos, até algumas questões que estão paralisadas, como as indenizações. Desde a primeira demarcação, grande parte delas não foi paga. Pagaram apenas 10%, e muitas pessoas não receberam até hoje. Além disso, há a questão do Morro Vermelho - aliás é a fazenda do Vice-Prefeito, do ex-Prefeito Correinha e da família do Dr. Helder Mota. Essa região hoje tem uma nova aldeia, e a Funai ainda não a demarcou. Eles ganharam na justiça, mas não houve reintegração de posse. O que eles sempre me disseram - até o Zé Biriba - é que querem resolver o problema. Entendo que não há motivo para matar alguém. Muito pelo contrário, penso que em São João das Missões os índios e os brancos convivem bem, não vejo esse problema de convivência. O que aconteceu no passado não foi com pessoas da cidade, mas com pessoas de outras regiões que tinham propriedade lá. Sempre convivemos muito bem. Fui criado com os índios, que trabalhavam em minha casa com meu pai, trabalhavam na roça. Cresci junto com eles e os conheço. O Cacique Domingos e o Prefeito José Nunes são boas pessoas, e tenho certeza de que eles concordarão com a abertura de um diálogo. Da mesma forma, a outra parte.

Então, queria fazer um apelo a V. Exa. para que nós dois, Deputados votados lá, marcássemos uma reunião com essas lideranças, a fim de resolvermos as questões com a menor polêmica possível, porque a polêmica, a notícia, a manchete de jornal podem gerar... Se nos pautarmos no que a imprensa quer... Sabemos como a imprensa se comporta nessas situações, ela quer manchete, gosta de notícia ruim. Penso que nós dois podemos, ao lado do Prefeito José Nunes, do Vice-Prefeito Zé Biriba, das lideranças de lá e da Câmara de Vereadores, arrumar uma solução negociada, antes que coisas ruins aconteçam. Não acredito que alguma chacina volte a acontecer na cidade, muito pelo contrário, porque o povo e os proprietários rurais de lá são ordeiros, são todos agricultores familiares, não há lá nenhum grande fazendeiro ou latifundiário. Todos são agricultores familiares que têm boa convivência e moram lá há mais de 200 anos. Podemos acertar essas coisas na base da conversa, do acordo e do diálogo.

O Deputado Arlen Santiago* - Agradeço ao Deputado Paulo Guedes o aparte. Penso que ele precisará fazer um pronunciamento, mas gostaria de esclarecer algumas coisas. Primeiro, conforme a lei brasileira, se a terra é do índio, só cabe indenização pela benfeitoria. Está na lei - pode ser que o Congresso mude isso - a terra é do índio. Não depende de minha vontade ou da do Deputado Paulo Guedes algum acordo, porque para isso o Ministro da Justiça e a Funai criaram um grupo técnico.

Então, o grupo técnico é que irá lá olhar se a terra é do índio, se não é, ou se foi grilada. Neste país, exemplos de chacinas de índios são muito comuns e frequentes. Acredito muito nos indígenas, tenho respeito por eles e não acredito que o Cacique Santos mentiu ao dizer que aquilo era emboscada. Quero - e eu e o Deputado Paulo Guedes temos certeza disso - que a Polícia Federal vá lá imediatamente apurar a situação, para se evitarem essas chacinas. O acordo será feito pela Funai, não por mim ou pelo Deputado Paulo Guedes, por mais que queiramos aumentar a terra dos índios. Quero que elas sejam aumentadas e lutarei por isso.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Liza Prado, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos e cidadãs de Minas Gerais que acompanham esta reunião da Assembleia Legislativa, há três anos tivemos a oportunidade, junto a vários Deputados desta Casa, de tratar do cumprimento das penas no Estado de Minas Gerais. Tive a oportunidade de presidir uma comissão especial relacionada com o tema. Viajamos pelo Estado de Minas Gerais, conhecendo a realidade do cumprimento das penas. Havia, na oportunidade, aproximadamente 40 mil pessoas presas no Estado, e hoje já ultrapassamos 50 mil. Queríamos justamente conhecer a situação do cumprimento das penas desses internos do sistema penitenciário em Minas Gerais.

O Deputado Durval Ângelo foi o relator da comissão que tratou dessa questão. Tivemos a oportunidade de viajar pelo Estado e, ao final, termos um relatório denso sobre a situação do cumprimento das penas no Estado de Minas Gerais. O que nos chamou a atenção, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi o grande número de pessoas presas neste Estado ligadas ao tráfico de drogas. Ao final, apresentamos uma proposta, a fim de que o Estado entrasse em entendimento com uma empresa, que juntamente com a Assembleia Legislativa está, neste momento, informatizando todo o sistema, para que tenhamos conhecimento dos prazos e dos benefícios que devem ser concedidos pela legislação aos internos do sistema. Os dados relativos ao número de pessoas ligadas ao tráfico de drogas presas no Estado de Minas Gerais foram impressionantes.

Há dois anos, presidindo a Comissão de Segurança Pública da Assembleia, tivemos a oportunidade de ir a 20 regiões deste Estado para discutirmos a segurança no Estado de Minas Gerais com o Tribunal de Justiça, com o Ministério Público e com as Regiões Integradas da Segurança Pública do Estado - Risps -, compostas pelas Polícias Civil e Militar. Além disso, convidamos, em cada região, os Superintendentes da saúde e da educação, porque entendemos que, além da questão repressiva, a área da segurança pública depende ainda muito mais de atores importantes para que a população de Minas Gerais tenha uma boa segurança.

Novamente, chamaram-nos a atenção os números do Tribunal de Justiça. Esses números eram impressionantes, pois nos mostraram que praticamente 80% dos presos do Estado de Minas Gerais têm ligação com o tráfico de drogas. Temos uma situação das mais graves no nosso Estado. Esse é um crime que está pensado e previsto em nossa legislação como um crime federal, porque ultrapassa as divisas do Estado, indo além das fronteiras do Brasil.

Portanto, o enfrentamento dessa situação merece uma integração não apenas das nossas Polícias Civil e Militar, mas também das forças de segurança em âmbito federal.

Algo sobre esses números é impressionante. Impressionou-nos o fato de que, apesar de as polícias estarem efetuando a prisão dos traficantes de drogas, tão logo é feita a prisão, outro traficante assume o local, o ponto, porque há uma demanda muito grande pela droga. Lamentavelmente temos um grande número de usuários e dependentes de drogas. Isso é lamentável. O Estado está cumprindo uma parte, que é a prisão daqueles que cometem crimes, mas não temos...

Sr. Presidente, como eu estava dizendo, uma parte do enfrentamento da questão das drogas no Estado de Minas Gerais está sendo feita. Estão sendo realizadas as prisões daqueles que cometem esse tipo de crime, os quais têm levado drogas para as nossas cidades. Hoje infelizmente temos encontrado, em visitas que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia faz às regiões, drogas já infiltradas no meio rural. Lamentavelmente hoje muitos trabalhadores rurais são usuários e dependentes das drogas.

Então temos, de um lado, o governo cumprindo o seu papel, por intermédio das suas polícias, cumprindo os mandados de prisão, efetuando as prisões e levando esses criminosos às unidades, para que cumpram o tempo da sentença estabelecido pelo Poder



Judiciário, mas, de outro, a cada momento, temos o surgimento de novos traficantes. Esses novos traficantes surgem por causa da grande demanda pela droga. Hoje, infelizmente, o “crack” está tomando conta das nossas cidades. No trabalho que a Comissão de Segurança Pública realizou no Estado, vimos crianças de 8, 9, 10 anos que são usuárias e dependentes do “crack”. Ontem, houve o lançamento do programa pelo governo do Estado, com a participação de todas as secretarias, para que tenhamos o enfrentamento dessa questão.

Sr. Presidente, o programa lançado pelo governo de Minas ataca essa situação. Teremos abordagem nos locais onde há usuários, dependentes das drogas, que serão levados para a área de saúde. Aqueles com a avaliação da saúde para internação serão internados.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de cumprimentar V. Exa., que traz um assunto de extrema relevância para o conjunto da sociedade, até porque a questão do tráfico e especialmente o consumo de droga hoje afeta todas as camadas sociais do Brasil. Esse tipo de crime, e não só o tráfico, é repudiado por todos nós. Deputado João Leite, V. Exa. citou o trabalho que a Comissão de Segurança Pública tem feito, que tem colhido informações relevantes que certamente subsidiarão não só o conjunto dos Deputados, mas também o Poder Executivo nas políticas públicas, em que cada vez mais há essa preocupação. A própria Presidente Dilma Rousseff tem elaborado políticas públicas nesse aspecto. Ou seja, hoje esse é um assunto que preocupa todos nós. Gostaria, além de cumprimentar V. Exa., de deixar claro que realmente é algo extremamente preocupante para a sociedade essa questão. Hoje estamos passando por um momento de extrema permissividade, especialmente no seio da família.

Tivemos aqui, há pouco tempo, duas notícias que continuam circulando na internet. O jornal “O Tempo” veio e fez uma cobertura muito bonita de festas realizadas por menores, em que o álcool tem sido consumido de forma preocupante. Todos os que somos pais, mães, em Minas Gerais e no Brasil, temos sofrido muito com essa pressão. Os menores adolescentes estão cada vez mais ingerindo bebidas alcoólicas. A nossa formação na área de segurança pública nos permite fazer considerações mais profundas sobre esse assunto. Temos o controle social formal hoje estabelecido pelas leis, exercido pelas Polícias Militar e Civil, pelo Ministério Público, pelo Judiciário e pelo sistema prisional. Mas o melhor controle, o mais eficiente, Deputado João Leite, é o que há no seio da sociedade, o chamado controle social informal, no seio da família. Ela é a forma de controle social mais eficiente que existe hoje na nossa sociedade contemporânea e há muito tempo também. Infelizmente, hoje é comum, Deputado João Leite, se um adolescente de 14, 15 anos vai fazer uma festa em determinado lugar, a mãe ou o pai levar o seu filho adolescente para essa festa, mas nem sequer tem a preocupação de descer e perguntar se o pai ou a mãe daquele colega adolescente está dentro da casa, se aquela festa vai ter algo liberal no que diz respeito a droga ou álcool, que é uma droga lícita. Não há essa preocupação. Hoje há um esfacelamento muito forte da família. Isso é preocupante, pois estamos num momento em que essa geração está vivendo um padrão de muita permissividade, em que, certamente, ocorre desvio de conduta. Este é inevitável quando não se exerce controle dentro da própria casa. Muitas vezes uma boa parcela desses problemas de desvio de conduta cai no colo dos senhores professores, das senhoras professoras que educam e vêm lutando arduamente. (- Palmas.) Isso ocorre porque não há controle. Realmente, é muito difícil para o professor receber essa aluna, esse aluno que não teve controle exercido pelo pai e pela mãe.

Portanto, quero frisar a importância de o Parlamento, o Poder Executivo, o Judiciário, o Ministério Público, a família, de forma em geral, e, obviamente, os profissionais, os servidores públicos, seja da área de segurança, seja da área de recuperação, como V. Exa. expôs aqui, unirem esforços, bem como o governo, que, no campo da ação preventiva, vem disponibilizando e implementando políticas públicas. Além disso, é preciso, acima de tudo, um trabalho nas escolas, porque o triângulo família-igreja-escola deve formar parceria permanente, para a qual o governo precisa ter um olhar especial. Infelizmente, Deputado João Leite, há muito pai e mãe modernos demais, e isso está fazendo com que o controle se perca cada vez mais. Volto a insistir: o melhor controle nasce no seio da família, que é ensinado milhares de vezes à criança, quando ela começa a entender as coisas, até a fase da adolescência. Se o pai e a mãe não fazem isso, dificulta-se o trabalho dentro da escola e na igreja e certamente muito mais com as ações de segurança pública no campo repressivo. Portanto cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento. Desculpe-me se me alonguei, mas V. Exa. traz a lume um assunto da mais alta relevância e que, certamente, atinge a todos nós, qualquer um de nós que temos um parente, um amigo, um vizinho, um primo mais distante ou alguma pessoa viciada em droga ou em álcool. Certamente é um grave problema no seio da nossa família. Parabéns a V. Exa., pois o assunto é de extrema relevância para Minas Gerais e para nosso país.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputado Sargento Rodrigues. A sua experiência, servindo à população de Minas Gerais nas ruas como policial, sem dúvida lhe dá conhecimento para opinar nessa matéria. É lamentável o que estamos vivendo. A situação é muito delicada e merece, como V. Exa. salientou, a participação de todos. A população está convocada para o enfrentamento desse mal que estamos vivendo.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Gostaria de cumprimentá-lo, Deputado João Leite, e de fazer uma sugestão. Não é de hoje que vemos sua luta nessa área da segurança. Suas palavras quanto ao tratamento são fundamentais. Creio que precisamos de controle repressivo, curativo e preventivo, enfim, devemos utilizar todos os mecanismos para cuidar da nossa juventude, que está doente. As drogas são uma epidemia. Somente quem vivencia o problema conhece o sofrimento. Nesta semana, em Uberlândia, um rapaz que estava em abstinência de drogas esfaqueou a mãe e a irmã. Vejo que a juventude está sem opção. Ela precisa ser acolhida e tratada, ter acesso à educação, à cultura. Crimes graves estão sendo cometidos. O maior responsável por tudo é o sistema em que vivemos, pois é perverso, todos querem levar vantagem, não se pensa no coletivo. Não podemos entender isso como normal. Portanto, sugiro a realização de uma audiência na sua comissão, de forma a detalhar melhor essa questão das penas. Em Uberlândia, existe um núcleo que trabalha com as penas e tem ajudado o Estado. É uma experiência boa. Devemos ter muito tempo para discutir esse tema. Parabéns a V. Exa.

O Deputado João Leite* - Obrigado, Deputada Liza Prado. A nossa comissão trabalha muito. Na próxima semana, estaremos em Janaúba; no dia 18, em Varginha; no dia 25, em Araxá. Já estivemos em Juiz de Fora tratando da segurança nas escolas.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, saúdo o Deputado João Leite. Ontem, estivemos juntos em cerimônia marcante na Cidade Administrativa, por ocasião do lançamento do programa. Esse é o primeiro governo a tomar uma atitude como essa em todo o Brasil. Sr. Presidente, vale a pena ressaltar que o recurso para esse trabalho foi feito



com a cessão de 1% de cada secretaria, criando-se assim um fundo para atender às famílias. Saúdo novamente o combativo Deputado João Leite por mais essa participação importante nesta Casa. A sua presença estimula o nosso trabalho; o seu passado e o seu presente são razão de orgulho para todos nós. Estou muito feliz por seu trabalho. Pena que os demais pares não estão presentes. A Casa está praticamente vazia.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A & M Arquitetura, Urbanismo, Interiores e Consultoria Ltda. Objeto: elaboração dos projetos de arquitetura, básicos e executivos, para a requalificação da Praça Carlos Chagas. Vigência: 150 dias. Licitação: inexigível, nos termos do art. 25, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Centro de Apoio às Entidades Comunitárias e Sociais de Minas Gerais. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Santo Inácio. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: serviço de condução de veículos automotores. Objeto deste aditamento: revisão do preço contratual em razão do aumento salarial da categoria de motorista em 12%, conforme a Convenção Coletiva do Trabalho de 2011. Vigência: a partir da assinatura, considerando-se os efeitos da C C T aplicáveis. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Controladoria-Geral do Estado. Objeto: cooperação técnica entre os convenientes, visando à transferência de metodologia de auditoria para avaliação jurídica, fiscal e de funcionamento na execução de despesas com locação e fretamento de veículos, serviços e profissionais de consultoria, assessoria e pesquisa, e divulgação da atividade parlamentar relativamente às verbas indenizatórias ressarcidas aos Deputados. Vigência: 12 meses, contados a partir da publicação de seu extrato.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo conveniente: Município de Santa Juliana. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos, a contar da assinatura. Dotação orçamentária: 272 e 213.